



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Políticas Públicas para Economia Criativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Ana Maria Vicente Da Silva, Mirella Pereira Paes Barretto, Henrique Muzzio

[ARTIGO] GT 2 Análise de Políticas Públicas

Políticas Públicas para Economia Criativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Resumo

A economia criativa se apresenta como potencial competitivo a partir do início no século XXI. Os governos promovem políticas públicas como forma de desenvolver esse setor, doravante em ascensão. No entanto, a literatura é incipiente quanto à identificação das ações governamentais para a economia criativa. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é analisar as ações governamentais, por meio de políticas públicas, que estão relacionadas às demandas da economia criativa. O método de estudo é uma revisão sistemática da literatura. Como resultados, foram elencadas onze dimensões que mostram como os governos atuam na economia criativa. Além disso, observa-se que os principais inibidores para essa economia são a imprecisão conceitual, excesso de burocracia, visão economicista e herança política dos governos. O processo de formulação pode se dar através da atuação governamental direta e indireta, além de atuar em todos os núcleos, níveis, e natureza de atores na economia criativa.

Palavras-chave: Economia criativa. Políticas públicas. Revisão sistemática da literatura.

1. Introdução

Inserida na economia tradicional, situa-se uma economia criativa, que tem como principal matéria-prima a criatividade. Já discutida como fonte de valor para as indústrias culturais e criativas-ICCs, a criatividade passou a integrar os processos de produção e distribuição de bens e serviços para a sociedade. Neste intervalo, governos ao redor do mundo iniciaram ou aprimoraram suas políticas públicas voltadas para este setor.

Para Rosyadi et al. (2021), as políticas para economia criativa consistem na capacidade administrativa do Estado em executar ações para o setor, como a capacidade de entender a política, o compromisso, a coordenação e a política pró-negócios. No campo de políticas públicas para a economia criativa, existem poucos levantamentos que consolidam as práticas mundiais existentes. Audley (1994) foi um dos primeiros a sistematizar as políticas para as indústrias criativas no Canadá. O' Connor (2010) fez uma revisão e discussão dos 70 anos de ICCs e debateu as implicações das mudanças de terminologias até as indústrias criativas. Xu; Lu e Yao (2016) elaboraram uma revisão sistemática se debruçando sobre documentos que discutiam sobre o desenvolvimento das ICCs na China. Lazzeretti; Capone e Innocenti (2017) realizaram uma revisão da literatura sobre economia criativa e desenvolvimento sustentável local.

Diante disso, observou-se a lacuna de estudos revisionais que apresentem e analisem as ações governamentais sobre políticas para economia criativa a partir de um panorama geral, sem enfatizar setores e regiões. Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar as ações governamentais, por meio de políticas públicas, que estão relacionadas às demandas da economia criativa. O método escolhido foi uma revisão sistemática da literatura (RSL) de acordo com Kitchenham (2004) e Aguinis; Ramani e Alabduljader (2018).

Esse estudo possui o mérito de aglutinar um conhecimento disperso e plural sobre as políticas para o setor em análise, o que é pertinente para que definidores de políticas públicas,

membros da sociedade e acadêmicos tenham disponível um overview do campo capaz de subsidiar decisões.

Este estudo apresenta uma RSL com 37 estudos primários. Foram coletados, avaliados e interpretados todos os estudos relevantes sobre políticas públicas na economia criativa em relação a outros estudos até o final de 2022. Em síntese, as principais contribuições são as seguintes: (1) fornece um panorama geral sobre as políticas públicas para economia criativa que vêm sendo desenvolvidas por países ao longo dos anos; (2) apresenta uma bibliografia relevante direcionada ao tema, além de apresentar estudos atuais; (3) apresenta as principais ações governamentais listadas na literatura, que contribuem e inibem desenvolvimento da economia criativa; (4) apresenta um panorama do processo para a formulação das políticas desenvolvida por governos; (5) recomenda dimensões para a construção de framework de políticas para economia criativa; (6) fornece um roteiro de pesquisa para a comunidade interessada no tema em questão.

2. Revisão de literatura

A gênese da discussão sobre o tema iniciou-se com os estudos críticos sobre política cultural e economia política (ADORNO; HORKHEIMER, 1979). As transformações políticas e econômicas que ocorreram a partir dos 1980 também impactam a indústria cultural, cuja definição e terminologia não abarcavam mais a complexidade da indústria, passando-se a usar o termo indústrias culturais (O'CONNOR, 2010).

A ênfase dada à cultura e a criatividade a partir do final do século XX e início do século XXI abriu espaço para alargamento dos debates sobre as indústrias culturais (HESMONDHALGH, 2002). A criatividade passou a ser considerada como um mecanismo para desenvolvimento econômico e pessoal, emergindo como um valor moderno e um recurso valioso para os negócios (O'CONNOR, 2010). O debate passou a ser em torno das indústrias criativas e da busca de uma definição para essa nova terminologia, que possui uma carga política em seu conteúdo (CAVES, 2003; CUNNINGHAM, 2002; HESMONDHALGH, 2002) nos quais as terminologias foram acompanhadas de uma mudança discursiva nos estudos sobre economia cultural e economia criativa (KONG, 2014).

Termo cunhado por Howkins (2001), a economia criativa foi definida dentro de uma agenda econômica que buscava se diferenciar da política cultural tradicional. Para o autor, a economia criativa é a atividade nos quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços (HOWKINS, 2001). Tendo em vista as peculiaridades da economia criativa, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio

e Desenvolvimento (UNCTAD) classifica o mercado de economia criativa em quatro núcleos. Núcleo do patrimônio material e imaterial, núcleo das artes, núcleo da mídia, núcleo da criatividade aplicada (UNITED NATIONS, 2013). A terminologia universal adotada pela UNCTAD contribuiu para que alguns governos se posicionassem conceitualmente em relação à economia criativa. No entanto, isso não resolveu por completo o problema. Ainda é possível identificar a falta de clareza conceitual, no qual influencia a formulação das políticas públicas (PRATT; HUTTON, 2013).

As políticas públicas para economia criativa, em grande parte, apresentam inconsistências, também pelo motivo já mencionado. Além disso, na maioria das vezes, são dependentes das condições estruturais orçamentárias, em geral insuficientes (STERNBERG, 2012). Apesar de suas implicações positivas para o crescimento econômico, inclusive em países em desenvolvimento (PROCOPIUCK; FREDER, 2020), a economia criativa não pode ser considerada como um novo paradigma econômico (SUNG, 2015).

3. Procedimentos para a Revisão Sistemática da Literatura

3.1. Fase 1. Identificação da necessidade de revisão - A partir de um estudo exploratório e de discussões realizadas com o grupo de pesquisa na área de estudo.

3.2 Fase 2. Planejamento da pesquisa

3.2.1 Definição *das questões de pesquisa*

Após a identificação da necessidade do estudo foi iniciado o processo de formulação da questão central e das questões secundárias. Com o auxílio e adaptação da técnica PICOC (População, Intervenção, Comparação, Resultados e Contexto) (PETTICREW; ROBERTS, 2006) foi possível chegar às questões do estudo.

- **População:** Trabalhos sobre políticas públicas em economia criativa
- **Intervenção:** Como as ações governamentais, por meio de políticas públicas, se destinam a responder às demandas da economia criativa
- **Comparação:** Não se aplica
- **Outcomes:** Identificar e classificar as abordagens de ações, políticas e planos de governos que atendem às demandas da economia criativa
- **Contexto:** Trabalhos que discutem o papel das políticas públicas que atendem às demandas da economia criativa

Para nortear o estudo, a principal questão de pesquisa desta RSL foi: QP: *Como as ações governamentais, por meio de políticas públicas, estão relacionadas às demandas da economia criativa - EC?* A questão principal foi desmembrada em três questões secundárias, para auxiliar na busca pelos resultados.

QS1: Quais as principais ações governamentais que contribuem para estímulo à desenvolvimento dos diversos núcleos da EC?

QS2: Quais as principais ações governamentais que contribuem para inibir o desenvolvimento dos diversos núcleos da EC?

QS3: Quais são os processos de formulação de políticas voltadas aos diversos núcleos da EC?

3.2.2 Definição das fontes de pesquisa

Ao final, foram selecionadas as seguintes bases para busca automática de dados: Web of Science, ACM Digital library, IEEE Explore, Science Direct (Elsevier), Scopus, Springer Link, além das bases dos periódicos Capes e Google e Google Scholar.

3.2.3 Definição das strings de busca

Nessa etapa foram selecionadas palavras-chave para serem inseridas nas bases de busca. Após os testes nas bases, foi selecionada a seguinte sequência:

"creative economy" OR "creative industr*" OR "cultural economy" OR "cultural industr*" OR "creative cit*" AND "public polic*" OR "government polic*" OR "government action"

3.2.4 Definição dos critérios de inclusão e exclusão

Critérios de Inclusão: CI1: Artigos de periódicos revisados por pares que abordam as políticas públicas que estão relacionadas responder às demandas da economia criativa. CI2: Estudos relevantes citados pelos autores dos artigos identificados durante o estudo exploratório ou obtido pela abordagem de snowball.

Critérios de exclusão: CE1. Estudos não disponíveis para download; CE2: Estudos com apenas o resumo disponível; resumos estendidos ou artigos curtos (com menos de seis páginas); CE3: Estudos com o mesmo conteúdo ou estudos duplicados. CE4: Estudos que não responderam à questão de pesquisa; CE5: Estudos que não estão escritos em inglês; CE6: Estudos que não atendem aos critérios de qualidade.

3.2.5 Definição dos critérios de qualidade

Como forma de aplicar o CE6 supracitado, foram formulados critérios de qualidade para serem aplicados na fase de extração. Conforme sugerido por Duarte et al. (2021).

Critério de qualidade 1 - CQ1: são critérios gerais e específicos, conforme o quadro 1.

Quadro 1- Critérios de qualidade

Critérios Gerais – G (peso 25%)	Critérios Específicos - S (peso 75%)
G1- Há uma definição clara sobre o problema e a motivação do estudo: (1,0) Há uma definição explícita do problema e da motivação. (0,5) Há uma descrição geral do problema e/ou da motivação.	S1. Há uma descrição explícita das Políticas Públicas voltadas aos diversos núcleos nas EC? (1,0) os resultados sobre as políticas públicas foram claramente relatados. (0,5) apenas algumas evidências sobre os resultados em relação às políticas públicas.

<p>(0,0) Não há nenhum tipo de descrição nem do problema e nem da motivação.</p> <p>G2. Há uma descrição o método utilizado para realizar o estudo: (1,0) há uma descrição detalhada do método utilizado. (0,5) Há apenas uma descrição simplificada do método utilizado. (0,0) não há descrição sobre o método utilizado.</p> <p>G3. As contribuições do estudo referem-se aos resultados do estudo: (1,0) Há uma correlação explícita entre as contribuições e os resultados. (0,5) não há correlação entre as contribuições e os resultados. (0,0) não há descrição de contribuições e/ou resultados.</p> <p>G4. Há apresentação de insights (e/ou lições aprendidas) para novos estudos: (1,0) há uma apresentação explícita de insights (e/ou lições aprendidas) (0,5) há uma apresentação de forma geral de alguns insights (e/ou lições aprendidas) (0,0) não há nenhuma descrição de insights (e/ou lições aprendidas)</p>	<p>(0,0) não há nenhum relato sobre as políticas públicas.</p> <p>S2 Há uma descrição explícita sobre o processo de formulação das Políticas Públicas voltadas aos diversos núcleos nas EC foram formuladas? (1,0) os resultados sobre o processo de formulação das políticas públicas foram claramente relatados. (0,5) apenas algumas evidências sobre o processo de formulação das políticas públicas. (0,0) não há nenhum relato sobre o processo de formulação das políticas públicas.</p> <p>S3. Há uma descrição explícita sobre os impactos (positivos e negativos) das Políticas Públicas voltadas aos diversos núcleos nas EC? (1,0) os resultados sobre os impactos das políticas públicas foram claramente relatados. (0,5) apenas algumas evidências sobre os impactos das políticas públicas. (0,0) não há nenhum relato sobre os impactos das políticas públicas.</p> <p>S4. Há um número (estaticamente) expressivo de respondentes sobre as políticas públicas relacionadas à economia criativa (1,0) Há uma quantidade expressiva de respondentes, sendo > 30. (0,5) Há uma quantidade < 30. (0,0) não há respondentes no estudo.</p>
---	--

Fonte: elaboração própria com base em Duarte et al. (2021).

Então CQ1 (*QualityScore*) pode ser calculado usando a seguinte equação, conforme sugerido por Duarte et al. (2021).

$$QualityScore = \left[\frac{\sum_G^4 = 1}{4} + \left(\frac{\sum_S^4 = 1}{4} \times 3 \right) \right]$$

- Assim, estudos com a pontuação >2,5 podem ser considerados CQ1 = alto
- Estudos com pontuação $\geq 1,5$ e $\leq 2,5$ podem ser considerados com CQ1 = médio
- Estudos com a pontuação < 1,5 podem ser considerados com CQ1 = baixo

CrITÉRIOS de qualidade 2 - CQ2: Usado para avaliar os fóruns ou periódicos em que foram publicados os artigos (ver <http://portal.core.edu.au/conf-ranks/> E scimagojr.com), desta forma:

- Estudos publicados em fóruns classificados como A ou Q1 e Q2 são considerados com CQ2: “alto”
- Estudos publicados em fóruns como B ou Q3 e Q4 são considerados com CQ2: “médio”
- Estudos publicados em fóruns C ou sem classificação são considerados com CQ2: “baixo”

CrITÉRIO de qualidade 3 - CQ3: Usado para avaliar os estudos de acordo com as suas citações, para tanto, foi utilizada a base google scholar, atribuindo, por exemplo:

- Alto: estudos com mais de cinco citações;
- Média: para estudos de até cinco citações;
- Baixo: para estudos com menos de 5 citações ou sem citações.

Critério de qualidade 4 - CQ4: como sugestão de Duarte et al. (2021), se utiliza esse critério para relaxar o CQ3, considerando por exemplo, os estudos publicados nos últimos cinco anos.

- Alta: para estudos com duas ou mais citações
- Médio: para estudos com uma citação ou sem.

Critério geral de qualidade - CGQ Para não ser excluído pelo critério de qualidade (E6), um estudo deve obter, necessariamente: CQ1 > 2,5 (alto); CQ2 e CQ3 (Alto ou Médio) ou CQ2 e CQ4 (alto ou médio).

Por fim, o protocolo foi revisado e apresentado aos especialistas. Após análise e aprovação, iniciou-se a fase de condução da pesquisa.

3.3 Fase 3- Condução da pesquisa

A terceira fase é a condução propriamente dita. Inicia-se com a *Busca* dos documentos nas bases de dados e a busca manual. Os dados foram exportados para serem inseridos na ferramenta de apoio State of the Art through Systematic Review – StArt. A etapa de *seleção* foi executada no software, os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados aqui. Foram lidos todos os títulos, palavras-chave e resumos dos artigos coletados na etapa de busca. Na etapa de *extração* foram aplicados os critérios de qualidade. Foi realizada no software Excel, pois a ferramenta Start não suporta a natureza dos critérios escolhidos. Nessa fase todos os artigos foram analisados tendo como foco a busca por responder os critérios. Em seguida, a etapa de *leitura e extração dos dados*. Os artigos selecionados foram lidos novamente. Nesse caso, já buscando as respostas para as perguntas de pesquisa. Foram feitos fichamentos em planilhas no Excel. Por fim, ocorreu a etapa de *Escrita do relatório e validação com os especialistas*.

5. Resultados

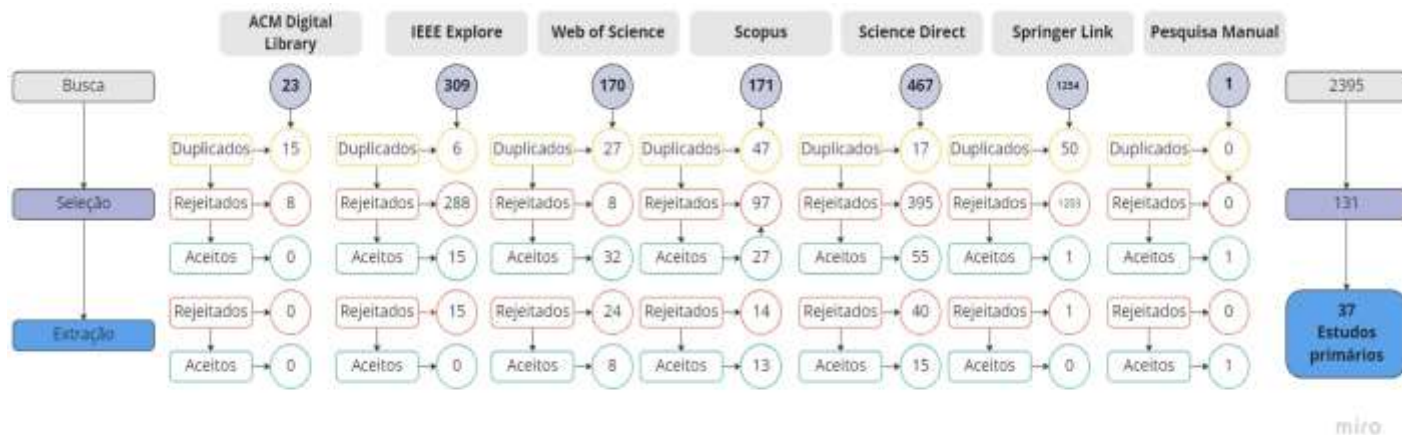
5.1 Dados demográficos

A figura 1 apresenta os dados demográficos resultantes da pesquisa, perfazendo um total de 2395 documentos. Após a identificação dos 37 (quadro 1) artigos primários, iniciou-se o processo de leitura aprofundada e extração dos dados para respostas das questões de pesquisa. Foi possível observar que até final da primeira década do Século XXI as principais publicações sobre o tema em estudo se encontravam no Reino Unido. Isso fica evidente com o quantitativo de citações que esses trabalhos apresentam. Destaca-se o trabalho de Hesmondhalgh e Pratt (2005) com um total de 888 citações. Em seguida os trabalhos de Galloway e Dunlop (2007) com 676 citações, Bell e Jayne (2010) com 345 citações e Bassett; Griffiths e Smith (2002) com 303 citações.

A segunda década do século inaugura uma nova fase das produções sobre políticas públicas para economia criativa. Desde então, é possível identificar produções relevantes de

exemplos de atuação governamental para a economia criativa em outros países. Na Ásia, destaque para China, Coreia do Sul, Taiwan e Indonésia. Na América do Sul, o Brasil.

Figura 1 – Dados demográficos



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Apesar da possível democratização das publicações relevantes nesses países, fica evidente a influência da publicação britânica. Os trabalhos mais citados nessa segunda década ainda são produções do Reino Unido.

5.2 Resultados qualitativos

Inicialmente, questiona-se quais *as principais ações governamentais que contribuem para o estímulo à desenvolvimento dos diversos núcleos na economia criativa?* Destaca-se:

Os estudos sobre as políticas ligadas às indústrias culturais e criativas - ICC apresentam-se potencialmente em pesquisas realizadas no Reino Unido, a partir do final do século XX. As primeiras políticas foram de caráter regulatório e estavam ligadas aos setores de mídia e comunicação, em seguida políticas para o setor de cinema (HESMONDHALGH; PRATT, 2005). Desta forma, a regulação de empresas na participação no mercado jornalístico nacional, licenças de transmissão nacional e de divulgação de anúncios, entre outros, são exemplos dessas primeiras políticas (HESMONDHALGH, 2005).

A ascensão das ICCs em paralelo ao crescimento urbano, doravante desestruturado, é percebido nos estudos com forte respaldo para as cidades. Surge então, um campo amplo e com diversos objetivos destinado a estudar políticas públicas para cidades culturais e criativas (PRATT, 2010). A política de desenvolvimento urbano e economia cultural foi pensada por alguns formuladores (GRODACH; O'CONNOR; GIBSON, 2017). O'Connor; Gu e Lim (2020) se dedica a mapear o discurso moderno do desenvolvimento das cidades criativas, dando continuidade aos seus trabalhos na linha de pensar no desenvolvimento das ICCs.

Quadro 1- Trabalhos extraídos para Revisão Sistemática da Literatura

Trabalho	Autores	Ano	Journal	País de realização do estudo	Citações
Cultural industries, cultural clusters and the city: the example of natural history film-making in Bristol	Bassett et al.	2002	Cultural industries, cultural clusters and the city	Reino Unido	303
Cultural industries and cultural policy	Hesmondhalgh e Pratt	2005	International Journal of Cultural Policy	Reino Unido	888
Media and cultural policy as public policy: The case of the British Labour government	Hesmondhalgh	2005	International Journal of Cultural Policy	Reino Unido	159
A critique of definitions of the Cultural and Creative Industries in Public Policy	Galloway e Dunlop	2007	International Journal of Cultural Policy	Reino Unido	676
Creativity and the Experts: New Labour, Think Tanks, and the Policy Process	Schlesinger	2009	The International Journal of Press/Politics	Reino Unido	159
The creative countryside: Policy and practice in the UK rural cultural economy	Bell e Jayne	2010	Journal of Rural Studies	Reino Unido	345
Developing and sustaining creative cities: a sustainability tool for designers, planners, and public administrators	Steward e Kuska	2010	International journal of sustainable development	Estados Unidos	16
Creative cities: Tensions within and between social, cultural and economic development	Pratt	2010	City, Culture and Society	Reino Unido	321
Reinventing creativity in old Europe: A development scenario for cities within the Upper Rhine Valley cross-border area	Héraud	2011	City, Culture and Society	França	32
From precarious labor to precarious economy? Planning for precarity in Singapore's creative economy	Kong	2011	City, Culture and Society	Cingapura	68
Realizing 'four comforts' in the urban fringe: the case of White Horse Lake Eco-creative City Project, Hangzhou, China	Wen	2012	International Journal of Cultural Studies 1	China	9
Raising the Golden Goose: A Retrospective Analysis of the State's Role in China's Online Game Industry	Liu	2013	Media International Australia	China	7
Reconceptualizing the relationship between the creative economy and the city: Learning from the financial crisis	Pratt e Hutton	2013	Cities	Reino Unido	216
Policy momentum for the development of Taiwan's cultural creative industries	Chang e Lee	2015	Current Issues in Tourism	Taiwan	23
Can we implant an artist community? A reflection on government-led cultural districts in Korea	Park	2016	Cities	Coreia do Sul	27
On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges	Kon	2016	Brazilian Journal of Political Economy	Brasil	24
Dynamics of creative industries in a post-communist society. The development of creative sector in Romanian cities	Becuț	2016	City, Culture and Society	Romênia	21
Cultural policy, creative clusters and the complexity of higher education: notes from the case of Enjmin in Angoulême, France	Benneworth e Dauncey	2016	International Journal of Cultural Policy	França	8

The location of creative industries in a developing country: The case of Indonesia	Fahmi et al.	2016	Cities	Indonésia	111
A report on Beijing's cultural and creative industries media clusters	Si	2016	Global Media and China	China	11
Manufacturing and cultural production: Towards a progressive policy agenda for the cultural economy	Grodach et al.	2017	City, Culture and Society	Austrália	92
Creative Economy of the Developmental State: A Case Study of South Korea's Creative Economy Initiatives	Kin	2017	The journal of arts management, law, and society,	Coreia do Sul	25
From creative city to generative governance of the cultural policy system? The case of Barcelona's candidature as UNESCO City of Literature	Mulero e Rius-Ulldemolins	2017	City, Culture and Society	Espanha	36
Building soft skills in the creative economy: Creative intermediaries, business support and the 'soft skills gap'	Munro	2017	Poetics	Reino Unido	62
The regional-innovation cluster policy for R&D efficiency and the creative economy: With focus on Daedeok Innopolis	Yoon	2017	Journal of Science and Technology Policy Management	Coreia do Sul	45
Creating the good life? A wellbeing perspective on cultural value in rural development	Scott et al.	2018	Journal of Rural Studies	Reino Unido	79
Making in the City: disjuncture's between public discourse and urban policy	Budge	2019	Australian geographer	Austrália	12
The Britishness of 'British Video Games'	Webber	2018	International Journal of Cultural Policy	Reino Unido	12
Digital content promotion in Japan and South Korea: Government strategies for an emerging economic sector	Holroyd	2019	Asia e the Pacific Policy Studies	Canadá	13
Culture 2025 A National Cultural Policy Framework for Ireland	Hadley et al.	2020	Cultural Trends	Irlanda	7
Creative cities, creative classes and the global modern	O'Connor	2020	City, Culture and Society	Austrália	14
Public policies and multilevel governance to promote the creative economy from the cultural field: inter-federative support for Curitiba's policy	Procopiuck e Freder	2020	Nova Economia	Brasil	2
The more funding the better? The moderating role of knowledge stock on the effects of different government-funded research projects on firm innovation in Chinese cultural and creative industries	Zhou et al.	2020	Technovation	China	34
The Impact of Government Policy on Macro Dynamic Innovation of the Creative Industries: Studies of the UK's and China's Animation Sectors	Liu	2021	Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity	Reino Unido	19
Barriers of public policy faced by SMEs of creative economy in Indonesia	Rosyadi et al.	2021	Geoforum	Indonésia	5
Policy challenges and recommendations in support of Moscow's creative industries – viewpoints of practitioners	Gavrilova et al.	2022	Creative Industries Journal	Rússia	2
The Indonesian Government Capacity in Responding to the COVID-19 Impacts on the Creative Economy Sector	Rosyadi et al.	2022	Sage Open	Indonésia	2

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na área de planejamento, os governos perceberam a importância de estabelecer instrumentos de gestão para a política cultural e criativa. O governo da Romênia introduziu em 2009 a preocupação com o tema, estabelecendo um plano estratégico para a cultura e alavancando o setor no país (BECUȚ, 2016). No caso do Brasil, uma das ações foi a criação do Plano de Gestão da Economia Criativa (KON, 2016). Na Austrália, ocorreram iniciativas de planejamento estratégico de gestão das cidades em suas diversas vertentes (BUDGE, 2019). Na Irlanda, recebe destaque o *Culture 2025*, como uma nova estrutura de política cultural (HADLEY; COLLINS; O'BRIEN, 2020).

A atenção direcionada ao espaço urbano levou pesquisadores a questionarem a falta de valorização do espaço cultural e criativo rural apreciados como lugares não criativos por parte da literatura (SCOTT; ROWE; POLLOCK, 2018). A esse respeito, destaca-se as políticas criativas rurais emergentes do governo do Reino Unido para o condado de Shropshire (BELL; JAYNE, 2010).

Outra área emergente no âmbito das ICCs é a Indústria dos Jogos. O governo britânico reconheceu o caráter cultural da indústria dos jogos e estabeleceu políticas destinadas à produção, regulamentação e reconhecimento nesse setor (WEBBER, 2018). O governo Chinês também estabeleceu uma política de regulamentação, e percebeu a necessidade de ampliação da internet banda larga no país como forma de promover seu crescimento.

Em outra frente, a preocupação com o trabalho precário oriundo da massificação da cultura e criatividade em economia criativa levaram alguns governos a se preocuparem com políticas educacionais. Um exemplo disso foi visto em Cingapura, por meio de políticas destinadas à formação e especialização de mão de obra qualificada para acompanhar o desenvolvimento da economia criativa (KONG, 2011). Reformas educacionais no âmbito do ensino superior também são exemplo de políticas como forma de qualificação da mão-de-obra para o setor, como no caso do governo Francês (BENNEWORTH; DAUNCEY, 2016).

As políticas de inovação no âmbito da economia criativa tornam-se outra preocupação. O governo de Pequim, China, estabeleceu uma política de incentivo fiscal com cerca de 48 subitens para incentivo à inovação nas ICCs. Dentre eles estão: impostos financeiros para empresas relacionadas, imposto comercial, de selo, sobretaxas educacionais, impostos para manutenção das cidades, entre outros (SI, 2016). Destaca-se o papel da política de inovação para o desenvolvimento da economia criativa como forma de lidar com seus principais avanços e desafios (LIU, 2021; SI, 2016; YOON, 2017).

O avanço tecnológico atinge todas as economias, mesmo que em proporções diferentes. No âmbito da economia criativa observa-se políticas de apoio ao conteúdo digital, com destaque

para Japão e Coreia do Sul. Sobressaem-se por serem dois dos poucos países asiáticos a integrar o setor de conteúdo digital em suas estratégias nacionais de inovação. Além disso, também fazem parte do conjunto de políticas adotadas, as exportações culturais do K-pop, a capitalização dos jogos online no país e o financiamento para a incubação de (HOLROYD, 2019).

As políticas públicas são influenciadas pela governança dos países e demais locais onde se encontra a economia criativa. Diante disso, destaca-se a interação com demais atores interessados na economia criativa para o processo de formulação das políticas públicas (MULERO; RIUS-ULLDEMOLINS, 2017; PARK, 2016; PROCOPIUCK; FREDER, 2020), principalmente em momentos de crise econômica e financeira, nos quais a economia criativa necessitou se adaptar (PRATT; HUTTON, 2013). No caso da Coreia do Sul, após a crise financeira de 1998, o governo estabeleceu a Lei Básica das Indústrias Culturais e o Comitê da Indústria Cultural e a Agência de Cultura e Conteúdo da Coreia (KOCCA) (CHANG; LEE, 2015).

Isso significa que para que a gestão da economia criativa se mantenha inovadora e sustentável, é necessário enfatizar também aspectos em níveis locais e regionais (SI, 2016; YOON, 2017). O caso do governo de Barcelona é um exemplo da iniciativa de promover uma política cultural com atenção ao público local e internacional, fortalecendo a identidade regional e fugindo dos paradigmas globais de massa (MULERO; RIUS-ULLDEMOLINS, 2017). Atenção especial precisa ser dada também às pequenas manufaturas e artesãos individuais, muitas vezes, negligenciados nos contextos dos centros urbanos (GRODACH; O'CONNOR; GIBSON, 2017).

Pontua-se as ações do governo da Indonésia para superar as barreiras políticas de pequenas e médias empresas da economia criativa (ROSYADI et al., 2021), além do então reconhecimento desse setor para a economia do país (FAHMI; KOSTER; VAN DIJK, 2016; HADLEY; COLLINS; O'BRIEN, 2020). Desta forma, pontua-se as políticas de financiamento federal, regulamentações, planos de retomada da crise, auxílios para trabalhadores do setor, cursos de capacitação para pessoas e empresas, entre outros (ROSYADI et al., 2022).

Por fim, destaca-se as políticas de diversos tipos de financiamento como as mais preponderantes diante da economia criativa (BASSETT; GRIFFITHS; SMITH, 2002; GALLOWAY; DUNLOP, 2007; KON, 2016; LIU, 2021; MUNRO, 2017; ROSYADI et al., 2021, 2022; ZHOU et al., 2020). Isto inclusive após a pandemia do Covid 19, a qual afetou fortemente o setor, onde núcleos não estavam preparados para os impactos (GAVRILOVA; GERSHMAN; THURNER, 2022; ROSYADI et al., 2022).

No entanto, nem sempre as ações governamentais podem ser positivas para o desenvolvimento da economia criativa. A omissão de várias ações supracitadas pode servir de inibidores para seu crescimento. Neste ínterim, questiona-se *quais as principais ações governamentais que contribuem para inibir o desenvolvimento dos diversos núcleos na economia criativa?*

Apesar do papel dos governos para a consolidação da economia criativa em seus territórios, nem sempre as ações podem ser positivas (GALLOWAY; DUNLOP, 2007). O próprio setor cultural e criativo apresenta problemas de conceituação e definição precisa do que seria economia criativa e ICCs (PRATT; HUTTON, 2013). Objetivos confusos e avaliação inadequada para com as políticas culturais são outros inibidores desenvolvimento dos diversos núcleos na economia criativa (PRATT, 2010).

A natureza das alianças feitas entre governos e demais atores envolvidos pode influenciar tanto positiva quanto negativamente. De modo geral, alianças com o capital financeiro e instituições conservadoras, levam os governos a adotarem políticas que enfatizam a perspectiva econômica da cultura e criatividade (GALLOWAY; DUNLOP, 2007). Os estudos de Hesmondhalgh e Pratt (2005) questionam os posicionamentos ortodoxos que sempre influenciaram políticas culturais, influenciadas por modelos modernistas de gestão.

Já o trabalho de Liu (2013) chama atenção para o excesso de regulamentação que engessa as políticas, dificultam a inovação e adaptação e deixam o setor dependente do plano de governo vigente. Isso pode ser danoso para as políticas, principalmente em contexto de autoritarismo fragmentado e interesses conservadores.

A natureza da economia criativa em diversos países é variada. Cada governo apresenta suas particularidades no processo de formulação de suas políticas. No entanto, entender o processo de formulação de tais políticas ajuda a entender os motivos de seus sucessos e fracassos. Desta forma, a pesquisa buscou examinar *quais são os processos de formulação de políticas voltadas aos diversos núcleos na economia criativa?*

Hesmondhalgh e Pratt (2005) chamam atenção para os questionamentos em saber quem está por trás desse processo, como pensam esses formuladores e quais relações e interações com demais políticas culturais.

Schlesinger (2009) destaca que no caso Britânico, o governo contou com a atuação de empresas de consultorias especializadas para a formulação de suas políticas culturais. Mais especificamente as Think Tanks, formados por um grupo seletivo de intelectuais que fazem parte de uma proposta de expertise governamental capaz de gerar argumentos políticos direcionados e dominantes. Outra prática é a transferência exatamente iguais de modelo de políticas, tida

como práticas ideais. Apesar disso, não é possível constatar que existe um modelo explícito de política britânico (PRATT, 2010). Recentemente, o governo britânico criou agências intermediárias que são instituições que tangenciam tanto o governo e os formuladores de políticas, como os profissionais criativos e microempresas. O objetivo principal foi o treinamento e desenvolvimento dos indivíduos incluídos nas ICCs (MUNRO, 2017).

Para auxiliar no processo de formulação das políticas, o governo Russo criou agências para as ICCs. Dentre elas estão o departamento de Empreendedorismo e desenvolvimento inovador como forma de fortalecer os clusters criativos (GAVRILOVA; GERSHMAN; THURNER, 2022).

O papel da governança horizontal e flexível (PARK, 2016), governança local (MULERO; RIUS-ULLDEMOLINS, 2017), governança multinível (PROCOPIUCK; FREDER, 2020) tem sido uma estratégia utilizada por alguns governos, inclusive municipais.

Na Austrália o papel do discurso político e popular realçou a necessidade da implementação de políticas de consultas contínuas à comunidade por meio de diversas plataformas de participação e aceitação (BUDGE, 2019). Já no governo Irlandês, a formulação das políticas é sustentada pelo governo de coalizão e reorganizações departamentais. Ressalta-se a falta de estruturação do governo em termos administrativos para adequação aos problemas que assolam as políticas (HADLEY; COLLINS; O'BRIEN, 2020).

No que tange a formulação de políticas públicas para as cidades, Steward e Kuska (2010) introduziram a metodologia EcoSTEPMSM. Trata-se de um instrumento abrangente para projeto, planejamento e administração urbana sustentável para coordenação das cidades a longo prazo.

Por fim, um modelo ideal de práticas políticas também não existe. Mesmo a aplicação de tais métodos genéricos em diferentes contextos, gera resultados diferentes. Isso porque, cada contexto apresenta suas particularidades e as reações serão de acordo com a relação entre a política e a natureza do lugar (PRATT, 2010).

Independentemente disso, dimensões políticas foram extraídas a partir dos estudos aqui apresentados, conforme o quadro 2.

As dimensões políticas expressas no quadro 2 oferecem um panorama geral de atuação governamental na economia criativa. Além disso, representam um ponto de partida para a consolidação de um framework analítico de políticas públicas para economia criativa.

Quadro 2- Dimensões políticas para Economia Criativa

DIMENSÕES POLÍTICAS	LITERATURA
Regulatórias	(Hesmondhalgh, 2005; Hesmondhalgh e Pratt, 2005; Rosyadi et al., 2022; Webber, 2018)
Parcerias institucionais	(Bassett et al., 2002; Si, 2016; Yoon, 2017)
Incentivos fiscais	(Rosyadi et al., 2021, 2022; Si, 2016)
Financiamento	(Bassett et al., 2002; Galloway e Dunlop, 2007; Kon, 2016; Z. Liu, 2021; Munro, 2017; Rosyadi et al., 2021, 2022; Zhou et al., 2020)
Planejamento estratégico	(Becuç, 2016; Budge, 2019; Gavrilova et al., 2022; Hadley et al., 2020; Kon, 2016)
Legitimação	(Bassett et al., 2002; Fahmi et al., 2016; Grodach et al., 2017; Hesmondhalgh, 2005; C. Liu, 2013)
Políticas educacionais e profissionais	(Benneworth e Dauncey, 2016; Kong, 2011; Munro, 2017)
Políticas de inovação	(Holroyd, 2019; Liu, 2021; Si, 2016; Yoon, 2017)
Valorização e Estruturação do espaço Urbano e Rural	(Bell e Jayne, 2010; Héraud, 2011; Mulero e Rius-Ulldemolins, 2017; O'Connor et al., 2020; Pratt, 2010; Scott et al., 2018; Steward e Kuska, 2010; Wen, 2012)
Políticas para o Turismo	(Chang e Lee, 2015; Wen, 2012)
Governança	(Mulero e Rius-Ulldemolins, 2017; Park, 2016; Procopiuck e Freder, 2020)

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

6. Considerações finais

Em síntese, as ações governamentais por meio das políticas públicas podem ser relacionadas com as demandas da economia criativa em diferentes níveis de atuação, categorias de atores e dimensões políticas. No que dizem respeito aos níveis de atuação, pode-se destacar o nacional, regional, local, cidade, meio rural. As instituições supranacionais, como a Organizações Unidas, contribuem unificar conceitos e regulamentos que podem orientar governos em suas decisões.

Em geral, as políticas para a EC enfrentam problemas de assimetria de poder entre os atores do campo, além de demandas diferenciadas. Isso faz com que cada ator e em diferentes níveis de atuação requeira políticas específicas. Além disso, a imprecisão conceitual, visão economicista, regime político, partidos políticos, excesso de burocracia podem inibir o desenvolvimento dessa economia.

Por fim, foi possível identificar dimensões políticas, que são medidas tomadas por diversos governos para economia criativa. Desta forma, as políticas podem ser Regulatórias, Parcerias institucionais, Incentivos fiscais, Financiamento, Planejamento estratégico, Legitimação, Políticas educacionais e profissionais, Políticas de inovação, Valorização e Estruturação do espaço Urbano e Rural, Políticas para o Turismo e Governança.

Como forma de mitigar as limitações que uma RSL apresenta, nesse estudo foram realizadas as seguintes ações: Consultas a especialistas no tema da pesquisa (em todas as fases

da pesquisa), e a utilização da abordagem de QualityScore que reduz a subjetividade das análises, assim como avaliação da qualidade com base em informações de impacto bibliométrico, e seleção de artigos revisados por pares (DUARTE et al., 2021).

Apesar dos resultados apresentados, foi possível identificar algumas questões em aberto, observadas após responder às questões de pesquisa, levantando novos insights e estudos adicionais para pesquisas futuras. Destaca-se:

1- Estudos sobre mapeamento dos processos das políticas. Apesar das políticas para esse setor apresentarem pontos de confluência, cada situação possui suas particularidades, sendo assim, a reprodução fiel dos modelos não é uma alternativa viável (MUNRO, 2017). Porém, existe a necessidade de estudos que apresentem diretrizes gerais sobre o processo de formulação das políticas, para nortear a tomada de decisão dos formuladores das políticas. O ciclo de execução das políticas, principais ferramentas utilizadas e estrutura governamental, não são contemplados.

2- Estudos sobre o processo de avaliação das políticas públicas destinadas à economia criativa. São encontrados na literatura índices que avaliam o desempenho do setor criativo como um todo (FIGUEIREDO et al., 2019), indicadores para as políticas ligadas ao patrimônio cultural e turismo sustentável (JELINČIĆ, 2021), avaliação das políticas de financiamento (KATSANTA; TSOLIS, 2020). Contudo, existe a lacuna de estudos que elaborem índices, indicadores ou dimensões avaliativas, visando o mapeamento das ações de determinado governo, em seus diversos níveis de atuação.

3- Estudos sobre Modelos de Governança Pública Criativa. Apesar de estudos supracitados sobre a governança, ela não foi tratada como uma ferramenta a ser gerenciada. Sugere-se estudos que estabeleçam dimensões da governança no âmbito governamental.

4- Estudos de formulação de políticas públicas em economias criativas destinadas ao alcance dos ODSs. As discussões sobre o papel da economia criativa e/ ou cidades criativas para o desenvolvimento sustentável (PROCOPIUCK; FREDER, 2020). Mas existe lacuna de como as políticas públicas podem contribuir para o alcance dos ODSs neste campo.

5- Estudos de políticas para ecossistemas criativos e inovadores. A literatura não apresenta estudos que trate das políticas públicas de fomento aos ecossistemas criativos e inovadores.

6- Estudos sobre os impactos das Instituições de Ensino Superior - IES nas economias criativas. A literatura não enfatiza as políticas públicas vinculadas ao ensino superior para promover e fomentar a economia criativa em diferentes espaços. Sugere-se estudos neste sentido.

Agradecimentos

Os Autores agradecem a FACEPE - APQ-0946-6.02/22.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialectic of enlightenment**. London: Verso, 1979.

AGUINIS, H.; RAMANI, R. S.; ALABDULJADER, N. What You See Is What You Get? Enhancing Methodological Transparency in Management Research. **Academy of Management Annals**, v. 12, n. 1, p. 83–110, jan. 2018.

AUDLEY, P. Cultural Industries Policy: Objectives, Formulation, and Evaluation. **Canadian Journal of Communication**, v. 19, n. 3–4, p. cjc.1994v19n3a823, 1 mar. 1994.

BASSETT, K.; GRIFFITHS, R.; SMITH, I. Cultural industries, cultural clusters and the city: the example of natural history film-making in Bristol. **Geoforum**, v. 33, n. 2, p. 165–177, maio 2002.

BECUȚ, A. G. Dynamics of creative industries in a post-communist society. The development of creative sector in Romanian cities. **City, Culture and Society**, v. 7, n. 2, p. 63–68, jun. 2016.

BELL, D.; JAYNE, M. The creative countryside: Policy and practice in the UK rural cultural economy. **Journal of Rural Studies**, v. 26, n. 3, p. 209–218, jul. 2010.

BENNEWORTH, P.; DAUNCEY, H. Cultural policy, creative clusters and the complexity of higher education: notes from the case of Enjmin in Angoulême, France. **International Journal of Cultural Policy**, v. 22, n. 1, p. 80–99, jan. 2016.

BUDGE, K. Making in the City: disjunctures between public discourse and urban policy. **Australian Geographer**, v. 50, n. 2, p. 185–199, 3 abr. 2019.

CAVES, R. E. Contracts Between Art and Commerce. **Journal of Economic Perspectives**, v. 17, n. 2, p. 73–83, 1 maio 2003.

CHANG, W. S.; LEE, Y.-H. Policy momentum for the development of Taiwan's cultural creative industries. **Current Issues in Tourism**, v. 18, n. 11, p. 1088–1098, 2 nov. 2015.

CUNNINGHAM, S. From Cultural to Creative Industries: Theory, Industry and Policy Implications. **Media International Australia**, v. 102, n. 1, p. 54–65, fev. 2002.

DE FIGUEIREDO, J. L. et al. The development potential index of creative economy for Brazilian federal state capitals. **Creative Industries Journal**, v. 12, n. 2, p. 185–203, 4 maio 2019.

DUARTE, R. B. et al. A systematic literature review on the usage of eye-tracking in understanding process models. **Business Process Management Journal**, v. 27, n. 1, p. 346–367, 25 jan. 2021.

FAHMI, F. Z.; KOSTER, S.; VAN DIJK, J. The location of creative industries in a developing country: The case of Indonesia. **Cities**, v. 59, p. 66–79, nov. 2016.

GALLOWAY, S.; DUNLOP, S. A critique of definitions of the cultural and creative industries in public policy. **International Journal of Cultural Policy**, v. 13, n. 1, p. 17–31, fev. 2007.

GAVRILOVA, N.; GERSHMAN, M.; THURNER, T. W. Policy challenges and recommendations in support of Moscow's creative industries – viewpoints of practitioners. **Creative Industries Journal**, p. 1–16, 21 abr. 2022.

GRODACH, C.; O'CONNOR, J.; GIBSON, C. Manufacturing and cultural production: Towards a progressive policy agenda for the cultural economy. **City, Culture and Society**, v. 10, p. 17–25, set. 2017.

HADLEY, S.; COLLINS, P.; O'BRIEN, M. *Culture 2025 A National Cultural Policy Framework for Ireland*. **Cultural Trends**, v. 29, n. 2, p. 145–159, 14 mar. 2020.

HESMONDHALGH, D. **The cultural industries**. London; Thousand Oaks: SAGE, 2002.

HESMONDHALGH, D. Media and cultural policy as public policy: The case of the British Labour government. **International Journal of Cultural Policy**, v. 11, n. 1, p. 95–109, mar. 2005.

HESMONDHALGH, D.; PRATT, A. C. Cultural industries and cultural policy. **International Journal of Cultural Policy**, v. 11, n. 1, p. 1–13, mar. 2005.

HOLROYD, C. Digital content promotion in Japan and South Korea: Government strategies for an emerging economic sector. **Asia e the Pacific Policy Studies**, v. 6, n. 3, p. 290–307, set. 2019.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. [s.l.] London: Penguin Press, 2001.

JELINČIĆ, D. A. Indicators for Cultural and Creative Industries' Impact Assessment on Cultural Heritage and Tourism. **Sustainability**, v. 13, n. 14, p. 7732, 11 jul. 2021.

KATSANTA, D.; TSOLIS, D. **Towards a methodology to conceptualize the EU-funded projects impact on cultural sector**. 2020 11th International Conference on Information, Intelligence, Systems and Applications (IISA). **Anais...** Em: 2020 11th international conference on information, intelligence, systems and applications (iisa). Piraeus, Greece: IEEE, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://ieeexplore.ieee.org/document/9284350/>>. Acesso em: 16 dez. 2022

KITCHENHAM, B. Procedures for Performing Systematic Reviews. **Keele**, v. 33, n. 2004, p. 1–26, 2004.

KON, A. On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 1, p. 168–189, mar. 2016.

KONG, L. From precarious labor to precarious economy? Planning for precarity in Singapore's creative economy. **City, Culture and Society**, v. 2, n. 2, p. 55–64, jun. 2011.

- KONG, L. From cultural industries to creative industries and back? Towards clarifying theory and rethinking policy. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 15, n. 4, p. 593–607, 2 out. 2014.
- LAZZERETTI, L.; CAPONE, F.; INNOCENTI, N. Exploring the intellectual structure of creative economy research and local economic development: a co-citation analysis. **European Planning Studies**, v. 25, n. 10, p. 1693–1713, 3 out. 2017.
- LIU, C. Raising the Golden Goose: A Retrospective Analysis of the State's Role in China's Online Game Industry. **Media International Australia**, v. 149, n. 1, p. 41–54, nov. 2013.
- LIU, Z. The Impact of Government Policy on Macro Dynamic Innovation of the Creative Industries: Studies of the UK's and China's Animation Sectors. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 7, n. 3, p. 168, 2 jul. 2021.
- MULERO, M. P.; RIUS-ULLDEMOLINS, J. From creative city to generative governance of the cultural policy system? The case of Barcelona's candidature as UNESCO City of Literature. **City, Culture and Society**, v. 10, p. 1–10, set. 2017.
- MUNRO, E. Building soft skills in the creative economy: Creative intermediaries, business support and the 'soft skills gap'. **Poetics**, v. 64, p. 14–25, 2017.
- O'CONNOR, J. **The cultural and creative industries: a literature review**. 2nd ed. Newcastle upon Tyne: Creativity, Culture and Education, 2010.
- O'CONNOR, J.; GU, X.; KHO LIM, M. Creative cities, creative classes and the global modern. **City, Culture and Society**, v. 21, p. 100344, jun. 2020.
- PARK, S. H. Can we implant an artist community? A reflection on government-led cultural districts in Korea. **Cities**, v. 56, p. 172–179, jul. 2016.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. (EDS.). **Systematic Reviews in the Social Sciences**. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2006.
- PRATT, A. C. Creative cities: Tensions within and between social, cultural and economic development. **City, Culture and Society**, v. 1, n. 1, p. 13–20, mar. 2010.
- PRATT, A. C.; HUTTON, T. A. Reconceptualising the relationship between the creative economy and the city: Learning from the financial crisis. **Cities**, v. 33, p. 86–95, ago. 2013.
- PROCOPIUCK, M.; FREDER, S. M. Public policies and multilevel governance to promote the creative economy from the cultural field: inter-federative support for Curitiba's policy. **Nova Economia**, v. 30, n. 2, p. 383–405, ago. 2020.
- ROSYADI, S. et al. Barriers of public policy faced by SMEs of creative economy in Indonesia. **International Journal of Law and Management**, v. 64, n. 1, p. 32–48, 2021.
- ROSYADI, S. et al. The Indonesian Government Capacity in Responding to the COVID-19 Impacts on the Creative Economy Sector. **SAGE Open**, v. 12, n. 2, p. 215824402211058, abr. 2022.
- SCHLESINGER, P. Creativity and the Experts: New Labour, Think Tanks, and the Policy Process. **The International Journal of Press/Politics**, v. 14, n. 1, p. 3–20, jan. 2009.

SCOTT, K.; ROWE, F.; POLLOCK, V. Creating the good life? A wellbeing perspective on cultural value in rural development. **Journal of Rural Studies**, v. 59, p. 173–182, abr. 2018.

SI, S. A report on Beijing's cultural and creative industries media clusters. **Global Media and China**, v. 1, n. 4, p. 412–421, dez. 2016.

STEWART, W. C.; KUSKA, S. Developing and sustaining creative cities: a sustainability tool for designers, planners, and public administrators. **International Journal of Sustainable Development**, v. 13, n. 1/2, p. 6, 2010.

SUNG, T. K. The creative economy in global competition. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 96, p. 89–91, jul. 2015.

UNITED NATIONS (ED.). **Creative economy report 2013: widening local development pathways**. Paris: UNESCO, 2013.

WEBBER, N. The Britishness of 'British Video Games'. **International Journal of Cultural Policy**, v. 26, n. 2, p. 135–149, 2018.

XU, Y.-H.; LU, L.; YAO, Z.-X. Culture and Creative Industry in China: Critical Review on the Current Research Trends and Future Development. **International Journal of Innovation and Technology Management**, v. 13, n. 06, p. 1640016, dez. 2016.

YOON, D. The regional-innovation cluster policy for red efficiency and the creative economy: With focus on Daedeok Innopolis. **Journal of Science and Technology Policy Management**, v. 8, n. 2, p. 206–226, 3 jul. 2017.

ZHOU, J. et al. The more funding the better? The moderating role of knowledge stock on the effects of different government-funded research projects on firm innovation in Chinese cultural and creative industries. **Technovation**, v. 92–93, p. 102059, abr. 2020.